

Webdiáspora – interculturalismo, transnacionalismo e multiterritorialismo para uma cidadania comunicacional: apontamentos analíticos¹

Camila ESCUDERO²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este trabalho propõe discutir um novo conceito relacionado aos estudos migratórios dentro do campo da Comunicação Social: o de *webdiáspora*. Trata-se de um apontamento analítico desenvolvido a partir de conceitos teóricos já consolidados e relacionados ao tema, como: diáspora, transnacionalismo, multiterritorialidade, interculturalismo e cidadania comunicacional dentro do contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação, as chamadas TICs. Após revisão bibliográfica, definimos que a *webdiáspora* se configura, dentro de processos migratórios, não só como um espaço transnacional, intercultural e multiterritorial midiático, mas como um recurso para interação e compartilhamento de vínculos sociais (reais ou imaginários, com o país de origem ou de destino), no qual fluxos de informação acabam não só por construir uma identidade diaspórica, mas por participar da negociação de direitos cidadãos e garantir a existência de uma cidadania comunicacional.

PALAVRAS CHAVE: Diáspora. Transnacionalismo. Multiterritorialidade. Interculturalismo. Cidadania comunicacional.

Introdução

Ao navegarmos pela Internet, não é raro encontrarmos sites, blogs, fóruns, comunidades e páginas inseridas em redes sociais (nos dias atuais, Facebook, principalmente) sobre migração. Nesses espaços comunicacionais, é possível observarmos uma espécie de reorganização territorial das experiências e práticas dos próprios imigrantes

¹ Trabalho apresentado no DT7 Comunicação, Espaço e Cidadania do XIII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda em Comunicação Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestre em Comunicação Social e graduada em Jornalismo pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), com pós-graduação em Jornalismo Internacional e Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). E-mail: camilaescudero@uol.com.br

e demais atores envolvidos no processo migratório, baseada em relações interculturais e multiterritoriais. Tal fenômeno resulta em verdadeiros locais transnacionais de informação e de interação do migrante no âmbito global, não só relacionadas ao seu deslocamento, mas também à manutenção de laços (simbólicos e/ou reais) com o país de origem, a sua mobilização e participação no país receptor e à construção de novas identidades.

Assim, esse trabalho propõe discutir um novo conceito relacionado aos estudos migratórios dentro do campo da Comunicação Social: o de *webdiáspora*. Trata-se de um apontamento analítico desenvolvido a partir de conceitos teóricos já consolidados e relacionados ao tema, como: diáspora, transnacionalismo, multiterritorialidade, interculturalismo e cidadania comunicacional dentro do contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação, as chamadas TICs.

Para isso fizemos uma revisão bibliográfica dos conceitos citados acima a fim de observar o que chamamos nas Ciências de “estado de arte”. Em seguida, procuramos elaborar uma reflexão sobre o significado de cada um no contexto da imigração e das TICs e, no caso particular, da Internet. O objetivo é mostrar que a Web, classificada por muitos autores ainda como a “nova mídia”, mesmo já tendo se passado cerca de 15 anos de sua popularização, pelo menos, no Brasil, propicia ao imigrante a construção não só de espaços transnacionais de informação e interação – seja com relação ao país de origem, seja com ao país receptor –, mas, acima de tudo, revela-se como faces da cidadania comunicacional, ancorada na valorização de práticas interculturais e multiterritoriais, dinâmicas de participação social, desenvolvimento do sentido de pertencimento comum, e de construção de uma identidade diaspórica.

Algumas referências teóricas

Apesar de o termo diáspora ter sido muito utilizado para remeter à dispersão dos judeus ao longo dos séculos, a Organização Internacional para as Migrações (OIM) o define atualmente como “qualquer pessoa ou população étnica que abandona a pátria tradicional da sua etnia, estando dispersa por outras partes do mundo (2009, p.18)”. Tal definição está de acordo para um glossário, como foi o caso da fonte da OIM, porém, ganha certa complexidade quando contextualizada socialmente, remetendo não só à ideia de grupos dispersos, mas identidade comunitária.

Um dos principais estudiosos do tema é Stuart Hall. Segundo o autor (2003, p.33), o conceito de diáspora precisa se apoiar sobre uma concepção binária de diferença.

[O conceito de diáspora] está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um ‘Outro’ e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém, as configurações sincretizadas da identidade cultural requerem a noção derridiana de *différance* – uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separaram finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim. A diferença, sabemos, é essencial ao significado, e o significado é crucial à cultura.

Outra autora que traz contribuições importantes para a aplicação social do conceito de diáspora é Denise Cogo (2012, p.47).

Entendemos a diáspora como uma identidade coletiva não limitada a um contexto pós-colonial, mas que pode emergir de toda situação de dispersão da população migrante pelo mundo e no interior do próprio país de imigração. Sua tessitura comporta uma multiplicidade de identificações, vínculos e cruzamentos culturais e não apenas a polarização entre identidades nacionais homogêneas dos países de origem e de migração.

De acordo com a autora, as diásporas migratórias tanto podem servir como suporte para trocas e facilitação das relações entre seus membros, mas também (e simultaneamente) são capazes de favorecer e mesmo ativar processos de elaboração identitária que conduzem à própria existência de uma diáspora.

Há ainda a contribuição de Steven Vertovec (1999, p.02 – Tradução nossa), para o qual o conceito de diáspora tem sido amplamente interpretado por observadores atuais a partir da incorporação de uma variedade de condições históricas e contemporâneas, características de quaisquer trajetórias e/ou experiências:

Uma das marcas da diáspora como uma forma social é a ‘relação tríade’ entre: (a) coletivos ainda que dispersos globalmente auto-identificados como grupos étnicos, (b) os estados territoriais e os contextos em que tais grupos residem, e (c) a pátria e o contexto de onde eles ou seus antepassados vieram.

O mesmo autor utiliza tal explicação de diáspora para contextualizar e apresentar outro conceito pertinente a este trabalho, o de transnacionalismo.

Transnacionalismo descreve uma condição na qual, apesar de grandes distâncias e não obstante a presença de fronteiras internacionais (e de todas as disposições legislativas, regulamentares e narrativas nacionais que representam), certos tipos de relacionamentos foram globalmente intensificados e agora têm lugar, paradoxalmente, em um planeta que ainda abrange uma arena de atividade comum, entretanto virtual (1999, p.01 – Tradução nossa).

Nas palavras de Mohammed ElHajji (2012a, p.89 – Tradução nossa), a ideia de transnacional deve ser examinada a luz das recentes transformações históricas responsáveis pela reconfiguração do conjunto de paisagens sociopolíticas da nossa época.

Nossa definição do conceito remete aos modos de organização e ação das comunidades diaspóricas incluídas em mais de um quadro social nacional estático, com referências culturais, territoriais e/ou linguísticas originais comuns entre eles através de redes sociais transnacionais (reais ou virtuais) que veiculam discursos de solidariedade e/ou de identificação, além das fronteiras formais de seus respectivos países de acolhimento. É, portanto, um fenômeno ‘pós-nacional’ inerente à realidade social e política que caracteriza o mundo contemporâneo, marcada pelos movimentos migratórios em massa e a desigualdade, agora estrutural, entre nacional-estatal e cultural-identitário; onde diversidade cultural e a identidade, pertencimentos múltiplos e outras formações diaspóricas são majoritariamente a regra e não a exceção.

De uma maneira ou de outra, ambas definições remetem à ideia de novas subjetividades e identidades flexíveis que não só vão além, mas cruzam e perpassam as tradicionais fronteiras estabelecidas pela organização até então configuradas pela forma Estado-nação, num movimento de fluidez e mobilidade. “Num sistema transnacional, fronteiras culturais e ideológicas se desvanecem (CANCLINI, 2005, p.19)”.

Nesse contexto, é válido introduzirmos o conceito de multiterritorialidade, por apresentar características similares co-relacionadas ao de transnacionalismo, apesar de um estar intimamente ligado à ideia de território e outro à de nacionalidade. Segundo Rogério Haesbaert (2007, p.19), a multiterritorialidade aparece como uma alternativa conceitual dentro de um processo denominado por muitos como desterritorialização. “Muito mais do que perdendo ou destruindo nossos territórios (...) estamos na maior parte das vezes vivenciando a intensificação e a complexificação de um processo de (re)territorialização muito mais múltiplo, multiterritorial”. No artigo *Território e multiterritorialidade: um debate*, o autor define o conceito após uma profunda discussão entre outros termos conceituais relacionados, como território e temporalidade.

O mais importante a destacar na nossa experiência multiterritorial contemporânea é o fato de que não se trata simplesmente (...) da imbricação ou da justaposição de múltiplos territórios que, mesmo recombinações, mantêm sua individualidade numa espécie de ‘todo’ como produto ou somatório de suas partes. A efetiva multiterritorialidade, hoje, seria uma experiência profundamente inovadora a partir da compressão espaço-temporal que permite (...) pela comunicação instantânea, contatar e mesmo agir sobre territórios completamente distintos do nosso, sem a necessidade de mobilidade física. Trata-se de uma multiterritorialidade envolvida nos diferentes graus daquilo que

poderíamos denominar como sendo a conectividade e/ou vulnerabilidade informacional (ou virtual) dos territórios (HAESBAERT, 2007, p.39-40).

Ainda segundo o autor, o território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido de várias escalas dimensionais que só podem ser devidamente apreendidas dentro de uma concepção de multiplicidade, “tanto no sentido da convivência de – múltiplos (tipos) de território quanto da construção efetiva da multiterritorialidade (HAESBAERT, 2007, p.42)”. Nesse sentido, pensar em multiterritorialidade significa pensar em espaços cultura, econômica e politicamente mais híbridos, o que, em última instância, contribui para múltiplas identidades.

Uma das maneiras de se inserir em um espaço multiterritorial ou transnacional é a utilização de um recurso-simbólico: o interculturalismo, justamente o último dos conceitos teóricos evocados aqui para a construção do termo *webdiáspora*. Extremamente apropriado para estudos relacionados à América Latina, principalmente, utilizamos as definições de Néstor García Canclini (2005) para o qual o termo representa um conjunto de políticas compensatórias em torno das identidades culturais. Em outras palavras: o reconhecimento do “outro” possibilita que relações de contato e troca cultural se efetivem em grupos diferentes para que, justamente, estes possam se reelaborar, garantindo assim sua inserção na pós-modernidade e lógica da globalização. A ideia de interculturalidade do autor remete à mistura de sujeitos e sociedades, ou seja, ao que acontece quando as diferenças se encontram, convivendo em situações de negociações e trocas recíprocas.

Ainda para Canclini, tal situação ganha relevância não só dentro de uma etnia ou nação, mas em “circuitos globais, superando fronteiras, tornando porosa as barreiras nacionais ou étnicas e fazendo com que cada grupo possa abastecer-se de repertórios culturais diferentes (CANCLINI, 2005, p.43)”, numa reelaboração intercultural do sentido de práticas culturais, num cenário de “diferenças, desigualdades e desconexões”.

Nesta época, nosso bairro, nossa cidade, nossa nação são cenários de identificação, de produção e reprodução cultural. A partir deles, no entanto, apropriamo-nos de outros repertórios disponíveis no mundo, que nos chegam quando compramos produtos importados no supermercado, quando ligamos a televisão ou passamos de um país para o outro como turistas ou imigrantes (CANCLINI, 2005, p.43-44).

É interessante observar que esses quatro conceitos – diáspora, transnacionalismo, multiterritorialismo e interculturalismo – convergem na atualidade numa complexa forma de interação social, tendo por base as identidades, estas produtos de narrativas e atuações do

sujeito. Neste contexto, as TIC's acabam por reunir as características propícias para que uma diáspora transcenda o alcance nacional ou étnico presentes em sua própria constituição a fim de abarcar as relações interculturais, multiterritoriais e transnacionais que o mundo globalizado tanto exige.

O virtual e as TIC's na sociedade em rede

Sabemos que a Comunicação é o processo-base de toda e qualquer forma de organização social. Autores como Harold A. Innis (2011) e Peter Burke e Asa Briggs (2004) já nos mostraram com maestria a relação do surgimento e o impacto de cada meio de comunicação com o desenvolvimento da história e da sociedade. No início deste milênio, Manuel Castells (1999) relacionou o surgimento das TIC's com a formação da sociedade em rede, aqui, resumidamente, uma nova forma de organização social possibilitada pelo surgimento das tecnologias de informação num período de coincidência temporal com uma necessidade de mudanças econômicas e social.

Assim, como mais uma mídia, entre todas surgidas ao longo do tempo, a Internet e também a comunicação *wireless*, 3G e 4G – integrantes das TIC's – vêm modificando a forma como nos comunicamos e, conseqüentemente, os nossos comportamentos, local e globalmente, atingindo diversos níveis, desde o da própria relação tecnológica, à organização econômica e à adequação social (CARDOSO, 2007). Isso não quer dizer, obviamente, que são as tecnologias que determinam a sociedade, mas sim a sociedade é que dá forma à tecnologia de acordo com as necessidades, valores e interesses das pessoas que as utilizam. A diferença, hoje, é que não é possível compreender a mídia na sociedade em rede limitando a análise ao espaço físico de um único país. Ou ainda: não é possível entender o mundo sem a comunicação mediada por tecnologias.

Hoje em dia os sistemas de mídias nacionais encontram-se interligados pelo pertencimento de suas instituições, empresas e organizações a múltiplas redes de relação e poder, tal como os seus cidadãos, partilhando assim espaços de fluxos (CARDOSO, 2007, p.23).

Tal partilha de espaços de fluxos tem a interação como meio, justamente característica chave da Internet. Ainda de acordo com Cardoso (2007, p.25), a Internet pode ser concebida como uma ferramenta de construção de projetos individuais desenvolvidos a partir de diferentes dimensões. Por que? Porque ela é “na sua constituição e apropriação

flexível, interativa, dotada de ubiquidade, global, acessível e não depende de poderes passados e acessíveis”. Soma-se a isso o fato de ela estar localizada num espaço virtual.

Adotaremos aqui, para virtual, o conceito de Pierre Levy (1996). Segundo o autor, o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual.

Contrariamente ao possível, estático e já constituído, o virtual é como o complexo problemático, o nó de tendências ou de forças que acompanha uma situação, um acontecimento, um objeto ou uma entidade qualquer, e que chama um processo de resolução: a atualização (...) o real assemelha-se ao possível; em troca, o atual em nada se assemelha ao virtual: responde-lhe (LEVY, 1996, p.05-06).

Nesse sentido, o autor (1996, p.09) apresenta o que ele classifica como a principal característica do virtual: o desprendimento do aqui e agora, numa reinvenção da cultura nômade.

Uma comunidade virtual pode, por exemplo, organizar-se sobre uma base de afinidade por intermédio de sistemas de comunicação telemáticos. Seus membros estão reunidos pelos mesmos núcleos de interesses, pelos mesmos problemas: a geografia, contingente, não é mais nem o ponto de partida, nem o ponto de coerção. Apesar de ‘não-presente’, esta comunidade está repleta de paixões e de projetos, de conflitos e de amizades. Ela vive sem lugar de referência estável: em toda parte onde se encontram seus membros móveis... ou em parte alguma. A virtualização reinventa uma cultura nômade, não por uma volta ao paleolítico, nem às antigas civilizações de pastores, mas fazendo surgir um meio de interação social onde as relações e configuram com o mínimo de inércia.

Cria-se, portanto, uma situação em que vários sistemas de proximidades e vários espaços coexistam – todos baseados em subjetividade e cognição. Tratam-se de locais de convergência entre realidades socioculturais diversas formando a já mencionada sociedade em rede. Uma junção de mobilidade humana com cultura midiática que resulta na interação.

Um conjunto de intersecções conceituais

Dissemos anteriormente que diáspora, transnacionalismo, multiterritorialismo e interculturalismo convergem na atualidade numa complexa forma de interação social, tendo por base as identidades, estas produtos de narrações e atuações do sujeito. Em seguida, ressaltamos a importância das TICs na sociedade em rede atual, especialmente, na criação de condições para o exercício dessa interação. Como entender então, esse espaço mediado pela tecnologia no contexto da imigração, o que denominamos de *webdiáspora*?

A comunicação intercultural, da qual nos fala Canclini (2005, p.23) é característica da diáspora. Se resume a relações interpessoais entre membros de uma mesma sociedade ou de culturas diferentes e, depois, abrangendo também as comunicações entre sociedades distintas, graças à mobilidade e facilitada pelo uso das TICs. “A conexão e a desconexão com os outros são parte da nossa constituição, como sujeito individuais e coletivos (CANCLINI, 2005, p.31)”. Portanto, transnacionalismo e multiterritorialismo também entram como características básicas da diáspora numa sociedade organizada em rede e mediada pelas tecnologias. Ambos se destacam, utilizando o termo de Haesbaert (2007), em “espaços-superfícies” de identidades contínuos e ao mesmo tempo fragmentados, que não podemos distinguir claramente onde começam ou onde terminam, muito menos, onde vão eclodir, mas que produzem efeitos e vão se construindo a cada nova interação e conexão.

A condição contínua de deslocamento – ainda que já tenha chegado à sociedade receptora – faz com que os imigrantes vivam oscilando com fluidez e mobilidade entre os espaços, numa flexibilidade de pertencimentos e construção de identidades constantes, numa enorme diversidade de comportamento e representações. “As identidades dos sujeitos formam-se agora em processos interétnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pela tecnologia (CANCLINI, 2005, p.201)”.

Na verdade, como bem lembra Vertovec (1999, p.08), práticas e significados derivados de pontos geográficos e históricos específicos de origem sempre existiram e foram transferidos e reordenados. A diferença, hoje, é que além de um alto grau de mobilidade humana, há as TICs (de baixo custo e fácil acesso): telecomunicações, cinema, vídeo, televisão por satélite e, principalmente, a Internet têm contribuído para a criação de espaços interativos, transnacionais, multiterritoriais e interculturais.

Assim, é possível perceber que a Internet, como afirma Liliane Dutra Brignol (2010, p.40), se configura como um espaço de comunicação que, por sua própria lógica constitutiva, surge como possível alternativa para um tratamento diferenciado das migrações. É ela que vai reunir espaços transnacionais de interação, intercâmbio e troca a partir da aproximação das diferenças e interconexão dos territórios (multiculturalismo).

Mais que isso, [a Internet] possibilita a consolidação de um espaço comunicacional de interação entre seus membros que pode servir, não apenas para informar, mas também para dinamizar relações interculturais e atuar no processo de participação social entre sujeitos distantes.

Nessa interação, em blogs, *chats*, fóruns, Facebook e demais ferramentas da Web é possível observar que a troca de informações básicas e de ordem prática contribui tanto para

questões de ordem reais do deslocamento – para construção do projeto migratório, por exemplo, isto é, a decisão de migrar e escolha do lugar de destino incentivadas por informações de quem já viveu tal experiência, passando pela articulação de sua instalação no país de destino (e a necessidade de trabalho, saúde, habitação, aprendizagem do idioma, mobilidade etc.) – a questões de ordem subjetiva, como a construção de uma identidade diaspórica e o estabelecimento de vínculos sociais, seja na manutenção de relações com o país de origem, seja no compartilhamento de relações no país de acolhida. Tal interação, em última instância, resume os modos de configuração das migrações hoje – transnacionais, multiterritoriais e interculturais –, no qual, o destino é a própria condição migratória numa busca constante pela possibilidade de desenvolvimento pessoal. São as comunidades transnacionais constituídas na Internet – e todos os fluxos de informações resultados da interatividade que essa mídia proporciona – que geram experiências e representações de coopertencimento e integração social. “A midiaticização afasta, esfria, e, ao mesmo tempo, a interconectividade proporciona sensações de proximidade e simultaneidade (CANCLINI, 2005, p.216)”.

O que torna a Internet tão interessante? (...) Trata-se de um objeto comum, dinâmico, construído, ou pelo menos alimentado, por todos os que a utilizam. Ela certamente adquiriu esse caráter de não-separação por ter sido fabricada, ampliada, melhorada pelos informatas que a princípio eram seus principais usuários (LEVY, 1996, p.89).

No caso do processo migratório, a redes sociais na Internet

Caracterizam o modo de organização dos próprios imigrantes, numa lógica que atravessa diferentes esferas de vida, como modo de produção, participação social, dinâmica de mobilização, interação e estabelecimento de vínculos (BRIGNOL, 2010, p.75).

De acordo com Arjun Appadurai (1996, p.196), na maioria das comunidades transnacionais, aparece um “novos patriotismo” não como extensões de debates pró ou contra nacionalistas, apesar de existir boa dose de nostalgia em relação à pátria de origem, aos próprios compatriotas, exilados ou não. Elas também envolvem novas formas de nacionalismo, bastante intrigantes, que resultam num “nacionalismo diaspórico”, baseado em compromissos, de ordem, principalmente, política, que acabam por revitalizar ambas as extremidades do processo diaspórico.

A cidadania é o limite

Procuramos até o momento conceituar, contextualizar e problematizar o que chamamos de *webdiáspora*: espaços virtuais e transnacionais localizados dentro de processos migratórios multiterritoriais construídos e compartilhados, mediados pelas TIC's – especialmente, a Internet –, nos quais os fluxos de informação, simbólicos ou reais, e a interação são responsáveis pelo estabelecimento de vínculos entre os envolvidos em relações interculturais e a manutenção de uma identidade diaspórica. Porém, ela deve ser mais que isso.

Sabemos que a rotina diária dos imigrantes está longe de ser o que Canclini (2005, p.205) chama de “Oásis de não-pertencimento”. A todo momento, sua própria condição de sujeito e sua busca de novas formas de pertencimento são colocadas em cheque por questões de ordem muito mais práticas, como, por exemplo, leis que garantam segurança social e direitos a quem migra ou vai e volta entre sociedades diversas. E estamos falando aqui na consequência intercultural, transnacional e multiterritorial da subjetividade na sociedade em rede: a cidadania.

É neste sentido que a *webdiáspora* pode mostrar sua outra face: a de mobilização, a de servir de espaço para que os imigrantes possam falar e atuar, transformar-se e ser transformados, converter as diversidades em oportunidades para exercer o direito básico de ser cidadão.

A transformação da política e dos processos democráticos e de participação decorre não só das condições da fragilidade do Estado-nação num contexto de globalização e de menor participação política formal (...) mas também da influência das mudanças no quadro das tecnologias de informação e comunicação (CARDOSO, 2007, p.322).

De acordo com Denise Cogo, (2012, p.62), as práticas midiáticas atuais podem proporcionar espaços de cidadania que atendam a demandas, principalmente da ordem da cidadania intercultural do imigrante e da cidadania universal na medida em que orientam para a democratização do acesso, gestão, produção e distribuição dos recursos comunicacionais no contexto migratório, dentro da chamada cidadania comunicativa.

Entendemos os meios de comunicação como espaços estratégicos para a expressão, mobilização, transformação sociocultural e política e ara a produção de igualdade em que a comunicação midiática não se restringe a conteúdos e efeitos, mas a processos que possibilitam os usos dos recursos midiáticos por parte de diferentes setores sociais, como é o caso das migrações (COGO, 2012, p.49).

Se, por um lado, espaços comunicativos para participar ou simplesmente navegar; sites, blogs, chats, Facebook; possibilidade de criação de novas áreas de movimentação livre entre as já existentes, principalmente, sem custos; personalização de informações; acesso a fontes primárias; e tantas outras experiências virtuais que nos parecem corriqueiras quando entramos na Internet, por outro, as mesmas ganham outras dimensões quando proporcionam: 1) (re)afirmação e articulação identitária da diáspora; 2) construção de um campo alternativo e contra-hegemônico de construção midiática das migrações transnacionais; 3) inserção das práticas midiáticas na mobilização e luta no campo das políticas migratórias nacionais e supra-nacionais, sobretudo aquelas referentes a cidadania universal (COGO, 2012, p.56).

Entre outros, o livro *Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais*, organizado por Denise Cogo, Mohammed ElHajji e Amparo Huertas (2011), traz exemplos de trabalhos de diferentes cantos do mundo que mostram o quanto a cidadania está envolvida em movimentos migratórios que reivindicam participação em sociedades democráticas que vão além do voto, mas lutam pelo direito de ser educado na própria língua ou de associar-se para protestar, ter revistas, jornais, rádios e espaços de comunicação não só que os distingam, mas que lhes deem vozes. Este é apenas uma entre tantas evidências de complexos espaços identitários que sustentam o exercício da cidadania.

Ao mesmo tempo, como destaca Canclini (2005, p.237), é preciso educar para uma interculturalidade e, acrescentamos aqui, para uma cidadania comunicativa.

Uma interculturalidade que propicie a continuidade de pertencimentos étnicos, grupais e nacionais, junto com o acesso fluido aos repertórios transnacionais [e multiterritoriais] difundidos pelos meios de comunicação e de massas. A conjugação de telas de televisão, computadores e *videogames* está familiarizando as novas gerações com os modos digitais de experimentar o mundo, com estilos e ritmos de inovação próprios destas redes, bem como a consciência de pertencer a uma região mais ampla que o próprio país, a um tempo em que se interconectam mediante histórias distintas. Conhecer implica socializar-se na aprendizagem das diferenças, no discurso e na prática dos direitos humanos.

Considerações finais

Vivemos em um mundo em que a aceleração das comunicações ocorre simultaneamente a um enorme crescimento da mobilidade e uma transição de espaços físicos ancorados na lógica tradicional do Estado-nação para espaços reordenados em rede.

Realidade esta na qual identificar de onde procedem as coisas, as pessoas e as identidades é tarefa, muitas vezes, quase que impossível.

Trata-se de um fenômeno ‘pós-estado-nacional’ inerente á realidade contemporânea, profundamente marcada por uma forte ruptura entre os níveis estatal e identitário; devido aos movimentos migratórios internacionais consequentes do conjunto de fatores políticos, econômicos, sociais e humanos que vêm transformando de modo radical no nosso mundo e a nossa percepção de mundo (ELHAJJI, 2012b, p.34)

A situação se reflete nos números. A Divisão de População do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (RELATÓRIO, 2011) estima que, no mundo atual de sete bilhões de pessoas, no mínimo 214 milhões vivem fora dos países onde nasceram; um número desconhecido se movimenta no interior de seus próprios países³. Tratam-se de sujeitos que precisam transcender o alcance nacional ou étnico e abarcar o interculturalismo, multiterritorialismo e transnacionalismo, muitas vezes, por questões de sobrevivência num mundo em que, mediado pelas TICs, a virtualização ganha o status de produtor de vínculos cognitivos e produz uma dinâmica pela qual compartilhamos uma realidade.

Claro que entendemos que ainda há muito por ser feito. “Para milhões, o problema não é manter ‘campos sociais alternativos’, mas ser incluídos, chegar a se conectarem, sem que isto atropеле sua diferença nem os condene à desigualdade (CANCLINI, 2005, p.66)’. No entanto, o caminho tende a ser, inevitavelmente, o da cidadania.

Neste sentido, a *webdiáspora* se configura, dentro de processos migratórios, não só como um espaço transnacional, intercultural e multiterritorial midiático, mas como um recurso para interação e compartilhamento de vínculos sociais (reais ou imaginários, com o país de origem ou de destino), no qual fluxos de informação acabam não só por construir uma identidade diaspórica, mas por participar da negociação de direitos cidadãos e garantir a existência de um cidadão do mundo. “As práticas dos povos originários revelam quantas vezes diferenças culturais, em vez de se afirmarem como absolutas, inserem-se em sistemas nacionais e transnacionais de trocas, para corrigir a desigualdade social (CANCLINI, 2005, p.69-70)”.

³ As Nações Unidas definem migrante como a pessoa que residiu em país estrangeiro por mais de um ano, independentemente dos motivos – quer voluntária ou involuntariamente – ou os meios utilizados – lícitos ou não. Os que vivem em outro país sem autorização ou documentação são considerados “migrantes irregulares”, enquanto os clandestinos ou levados pelo tráfico de um país para outro são considerados “migrantes ilegais.”

Referências bibliográficas

APPADURAI, Arjun. **Modernity at large**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BRIGNOL, Liliâne Dutra. **Migrações transnacionais e usos sociais da Internet: identidade e cidadania na diáspora latino-americana**. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, 2010.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia – De Guttenberg à Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Diferentes, Desiguais e Desconectados**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARDOSO, Gustavo. **A mídia na sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COGO, Denise. Cidadania comunicativa das migrações transnacionais: usos de mídias e mobilização social de latino-americanos. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (Eds.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Balaterra: Institut de la Comunicació Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. Disponível em: http://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2013/03/diaporas_migraciones_tic_identidad_es1.pdf. Acesso em: abril de 2013.

COGO, Denise; BADET, Maria. **Guia das migrações transnacionais e diversidade cultural para comunicadores**. Migrantes no Brasil. Bellaterra: InCom – UAB/IHU, 2013. Disponível em: http://academia.edu/3255909/COGO_Denise_BADET_Maria_Guia_das_Migracoes_Transnacionais_e_Diversidade_Cultural_para_Comunicadores_-_Migrantes_no_Brasil_Bellaterra_InCom-UAB_IHU_2013. Acesso em: julho 2013.

COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (Eds.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Balaterra: Institut de la Comunicació Universitat Autònoma de Barcelona, 2012. Disponível em: http://oestrangeriodotorg.files.wordpress.com/2013/03/diaporas_migraciones_tic_identidad_es1.pdf. Acesso em: abril de 2013.

ELHAJJI, Mohammed. La diaspora maghrébine à Montréal face aux aléas de l'interculturel: le rôle des médias locaux, transnationaux et communautaires. *Revista Româna de Comunicare si Relatii Publice*, v. 14, p. 85-100, 2012a.

_____. Montreal: Conexões transnacionais / Ruídos interculturais. In: COGO, Denise; ELHAJJI, Mohammed; HUERTAS, Amparo (Eds.). **Diásporas, migrações, tecnologias da comunicação e identidades transnacionais**. Balaterra: Institut de la Comunicació Universitat Autònoma de Barcelona, 2012b. Disponível em:

http://oestrangeirodotorg.files.wordpress.com/2013/03/diaporas_migraciones_tic_identidad_es1.pdf. Acesso em: abril de 2013.

GLOSSÁRIO sobre migração. Genebra: Editora Organização Internacional para as Migrações, 2009. Disponível em:

<http://www.acidi.gov.pt/cfn/4eaa92f8ba8ec/live/Gloss%C3%A1rio+sobre+Migra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em julho 2013.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *Revista GEOgraphia*, Niterói, Ano IX, n. 17, p.19-46, 2007. Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/213>. Acesso em: julho 2013.

HALL, Stuart. **Da Diáspora** – Identidades e Mediações Culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

INNIS, Harold A. **O viés da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. Belo Horizonte: OCRBR, 1996. Disponível em:

http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/6a_aula/o_que_e_o_virtual_-_levy.pdf. Acesso em: julho 2013.

RELATÓRIO sobre a Situação da População Mundial. UNFPA, 2011. Disponível em:

<http://www.oi.acidi.gov.pt/docs/jpg/ONU%20Situaao%20da%20Populacao%20Mundia%202011.pdf>. Acesso em julho 2013.

VERTOVEC, Steven. Conceiving and Researching Transnationalism. *Ethnic and Racial Studies*, University of Oxford, Vol. 22, n. 2, p.1-14, 1999.